



ACÓRDÃO Nº1119/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11822/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Centro de Controle de Oncologia – FCECON.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Gerson Antônio dos Santos Mourão (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1309/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON. Exercício de 2020.

Regularidade. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

11- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Mário José de Moraes Costa Filho, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

11.1. Julgar regular a Prestação de Contas Anual da Fundação Centro de Controle de Oncologia – FCECON, de responsabilidade do **Sr. Gerson Antônio dos Santos Mourão**, do exercício de 2020, na qualidade de Diretor-Presidente, nos termos do artigo 22, I e 23, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 5º, II, da Resolução nº 04/2002- RITCE;

11.2. Recomendar à Fundação Centro de Controle de Oncologia - Fcecon, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM no sentido de:

11.2.1 - que as futuras aquisições de medicamento de alto custo sejam realizadas através do devido procedimento licitatório, a fim de se evitar indevida dispensa de licitação ou de inexigibilidade de licitação, o que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429/92;

11.2.2 - evitar o fracionamento na aquisição de medicamentos e



ACÓRDÃO Nº1119/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

equipamentos médicos, para isso, recomenda-se ao gestor que opte pela modalidade de pregão sempre que cabível.

- 11.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE;
- 11.4. Dar ciência** ao **Sr. Gerson Antônio dos Santos Mourão** sobre o teor desta decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;
- 11.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

12- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

13- Data da Sessão: 12 de julho de 2022.

14- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14.1. Auditor presente e Relator, em substituição: Mário José de Moraes Costa Filho.

15- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator, em substituição

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral